

UM MINISTÉRIO NOVO

*** Roberto Rodrigues**

O anúncio mais importante do Plano Agrícola lançado este ano em Curitiba foi o compromisso de, doravante, o governo como um todo se ocupar do campo, e não apenas o Ministério da Agricultura – MAPA. Esta é realmente uma decisão fundamental, porque a maior parte dos problemas da agropecuária brasileira não pode ser resolvida pelo MAPA: orçamento, recursos para crédito rural, taxas de juros e de câmbio são resolvidos pela área econômica; logística e infraestrutura dependem dos Ministérios dos Transportes e dos Portos; acordos comerciais são feitos pelo Itamaraty; regras de comércio pelo MDIC; e assim por diante, sem falar na interação com Petrobrás e Minas e Energia (no assunto etanol), e na coordenação geral feita pela Casa Civil.

Assim, não é possível que o MAPA resolva sozinho as crises agrícolas, de modo que o anúncio presidencial é muito bem vindo.

Todavia, há certa diferença entre tal anúncio e a institucionalidade existente.

Em primeiro lugar, porque o Brasil talvez seja o único país do mundo a ter dois Ministérios da Agricultura, um para o agronegócio e outro para a agricultura familiar, criado no governo FHC. A agricultura familiar é conceitualmente integrante do agronegócio. Claro que as políticas de fomento devem ser diferentes para os distintos clientes, mas, para que dois ministérios?

Alem disso, em todos os países avançados, quem cuida do setor é sempre um Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca. Floresta plantada é atividade produtiva, assim como alface, algodão, trigo e não faz sentido estar no Ministério do Meio Ambiente, que deve proteger a biodiversidade e não cuidar da produção comercial.

E a pesca? Temos, desde 2003, uma Secretaria Especial de Pesca que agora foi transformada em Ministério. Claro que pesca é uma atividade relevante, sobretudo num país com 8000 km de costa e uma riqueza extraordinária de águas interiores. Mas, em 2002, antes da criação da secretaria, que até então era uma divisão do Ministério da Agricultura, a produção brasileira de pescado (tanto pesca extrativa quanto aquicultura) foi de 1,006 milhão de toneladas. Em 2003 foi de 990 mil toneladas, em 2004 de 1,015 milhão em 2005 de 1,009 milhão e em 2006 de 1,050 milhão de toneladas.

Não fica claro o impacto da Secretaria de Pesca no incremento da produção, especialmente se compararmos o que aconteceu com grãos, carnes, açúcar e álcool, milho, etc, no mesmo período. O bom Ministro da Pesca, Altemir Gregolin, espera aumentar a produção pesqueira até 2011 em 40%, sendo 75% da aquicultura. Em 2006, o valor total da atividade pesqueira foi de 3,3 bilhões de reais. É sabido que a aquicultura cresceu bastante em 2007, mas os outros produtos também.

No mesmo ano (2006), o faturamento da soja foi de R\$ 22 bilhões, de cana-de-açúcar foi de 18 bilhões, do milho foi de 10 bilhões, do café foi de 10,3 bilhões, da laranja foi de 4,2 bilhões, do feijão foi de 4 bilhões e até da banana

foi de 4,6 bi. E as outras proteínas animais: carne bovina faturou 24,5 bi, carne de frango 16,9 bi, leite 12 bi e carne suína 6,2 bi. Todos muito acima da pesca.

De novo, sem desmerecer a pesca, porque não um Ministério da carne, um de café, outro de soja, outro do açúcar, outro de banana?

Faria mais sentido, pelo menos do ponto de vista econômico.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**